

CREDICITRUS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Semestre 2024

ÍNDICE

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Eco de Cooperativismo e Propósito

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Comitê de Auditoria
- Diretoria Executiva

3 NÚMEROS EM DESTAQUE

Desempenho do primeiro semestre de 2024

4 DESTAQUES

- Credicitrus agora é AA+
- Recorde de participação na Assembleia Geral
- Reuniões presenciais com os cooperados:
 - Participação e Doação
 - Reinauguração do PA 64 - Barretos, SP
 - GPTW (*Great Place to Work*) - Agronegócio

5 RELACIONAMENTO COM OS COOPERADOS

- Eleição dos Coordenadores Institucionais de Relacionamento
- Encontro do Comitê Institucional de Relacionamento
- Somar agora é ECO
- ECO mulheres
- ECO com Augusto Cury
- Credicitrus na Agrishow

6 COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

- Aderência ao Pacto Global da ONU
- Relatório de Transparência Salarial e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens
- Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE)

7 INSTITUTO CREDICITRUS

8 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9 RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024



EXPEDIENTE

Marcos Lourenço Santin
Presidente do Conselho de Administração

Maria Tereza de Souza Lima Uchôa
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Walmir Fernandes Segatto
Diretor-Presidente Executivo

Denise T. da Silva de Almeida
Diretora de Governança, Riscos e Compliance

Fabio Rodrigues Fernandes
Diretor de Negócios

Wagner Aparecido Alguas
Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, em substituição

Maria Madalena Fernandes Rocha
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Contador
André Luís Marangoni
CRC 1SP191800/0-8

Coordenação Editorial
Conselho de Administração
Diretoria Executiva
Comitê de Auditoria

Jornalista Responsável
Elaine Cristina Dias Berenguel - MTB 0080763

Assessoria Editorial
Lilian Helena Lopes de Oliveira Pereira
Jonathan Arduini
Marketing Credicitrus

Cooperativa de Crédito Credicitrus
Rua Prudente de Moraes, 534
Centro, CEP 14.700-120, Bebedouro-SP



Projeto Gráfico
Agência 4Buzz

Fotos

Arquivo Credicitrus e Shutterstock



Time Credicitrus na Agrishow 2024



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

ECO de Cooperativismo e Propósito

O primeiro semestre de 2024 foi um período de muito trabalho e conquistas para a Credicitrus. Os indicadores financeiros, em linha com os objetivos estabelecidos e alcançados, nos dão a perspectiva de que 2024 também entrará para a história da Cooperativa, e as realizações dos primeiros meses do ano, sem dúvida, contribuíram para elevar o patamar da nossa Credicitrus.

Contamos com a participação de mais de 65 mil cooperados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital, realizada em abril, reforçando os princípios do cooperativismo, com destaque para o segundo: a gestão democrática, além de promover o propósito da Credicitrus de “somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade”.

O propósito da Cooperativa também foi refletido em nossa participação em eventos de relacionamento, nos quais oferecemos aos cooperados, além do portfólio completo de soluções financeiras, informação e conhecimento.

Exemplo disso foi a nossa presença na Agrishow, maior feira de agronegócio da América Latina, onde recebemos os cooperados em um espaço de 500 m², no qual todos tiveram a oportunidade de participar de palestras e debates que abordaram temas de grande interesse do nosso setor, como sustentabilidade e o crescente protagonismo das mulheres no agronegócio.

Outro fato relevante foi a elevação, por parte da agência Fitch Ratings, da classificação de risco da Credicitrus para AA+ (bra), o que reflete o fortalecimento do perfil de negócios da Cooperativa.

Essa nova classificação posiciona a Credicitrus em um seleto grupo de instituições financeiras e evidencia a confiança e a força do relacionamento entre Cooperativa e cooperados. Os indicadores financeiros demonstram nossa evolução contínua: o Ativo da Credicitrus no primeiro semestre apresentou aumento de 6,32% em relação ao semestre anterior de 2023, atingindo R\$ 15 bilhões, o que nos mantém no topo do ranking como a maior cooperativa de crédito do Brasil.

O Patrimônio Líquido, indicador que demonstra solidez, totalizou, no primeiro semestre, R\$ 2,9 bilhões, um aumento de 10,28% comparado ao semestre anterior. A Carteira de Depósitos atingiu a expressiva marca de R\$ 11 bilhões, representando um aumento de 11,57% em relação ao semestre anterior.



O segundo semestre será de ainda mais proximidade com os cooperados e com a comunidade, pois realizaremos, até dezembro, mais ECOs (Encontro de Cooperados), Circuito Credicitrus e participaremos também de feiras e eventos para promover o cooperativismo e o agronegócio. Somos a Credicitrus. Somos feitos de propósito e cooperação.

Marcos Lourenço Santin
Presidente do Conselho de Administração

o o • o

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança Corporativa da Credicitrus é composta pelos órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, conforme a seguir descrito.

Assembleia Geral

É o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes, dentro dos limites da lei e do Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

Conselho de Administração:

Órgão responsável pelas estratégias da Cooperativa, pela aprovação das políticas e eleição, supervisão e monitoramento da Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e de outros comitês, e a nomeação do Ouvidor.

Está composto pelos seguintes membros, com mandato 2022/2026:



Marcos Lourenço Santin
Presidente do Conselho de Administração



Maria Tereza de Souza Lima Uchôa
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Claudemir Strachicini
Membro Vogal



Eduardo Noriyuki Yamada
Membro Vogal



Glaucia Oliveira Perri Santos
Membro Vogal



Marcelo Martins
Membro Vogal



Maria Aurea Trindade Lopes Poleselli
Membro Vogal



Maria Madalena Fernandes Rocha
Membro Vogal

Comitê de Auditoria:

Tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da sociedade, no cumprimento da aplicação das normas e legislações pertinentes ao negócio, monitorar os investimentos e participações societárias e na indicação e avaliação da efetividade da auditoria independente e auditoria interna.

Está composto pelos seguintes membros, com mandato 2023/2024:



**Maria Madalena
Fernandes Rocha**
Coordenadora



**Maria Tereza de
Souza Lima Uchôa**
Vice-Presidente do Conselho
de Administração



**Claudemir
Strachicini**
Membro

Diretoria Executiva:

Compete à Diretoria Executiva dirigir as atividades organizacionais, tomar todas as decisões necessárias relacionadas com o objeto social e com as operações da Cooperativa, exercendo, também, as competências definidas no Estatuto Social, nos Regulamentos e no Regimento Interno, inclusive nos manuais e normas internas.

Está composta pelos seguintes membros, com mandato 2022/2024:



Walmir Fernandes Segatto
Diretor-Presidente
Executivo



Denise T. da Silva de Almeida
Diretora de Governança,
Riscos e Compliance



**Fabio Rodrigues
Fernandes**
Diretor de Negócios

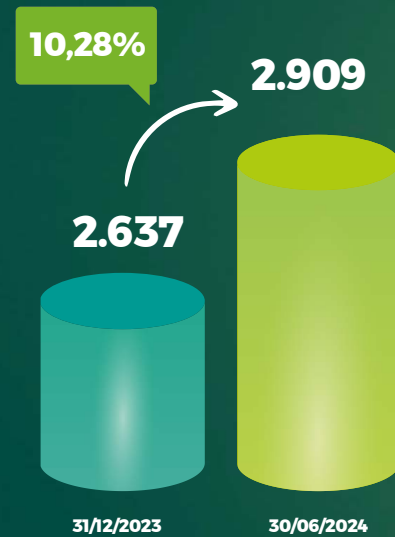


Wagner Aparecido Alguas
Diretor Administrativo
e Diretor Financeiro,
em substituição

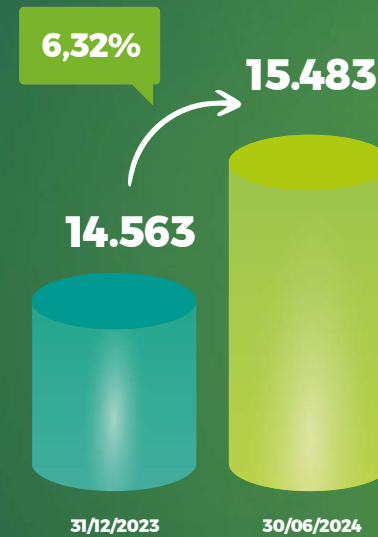
NÚMEROS EM DESTAQUE

Desempenho do 1º Semestre de 2024

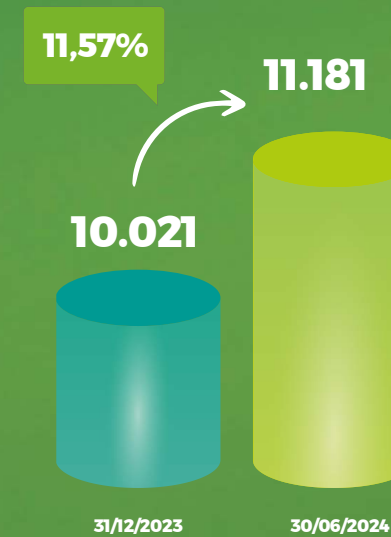
C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em bilhões (R\$)



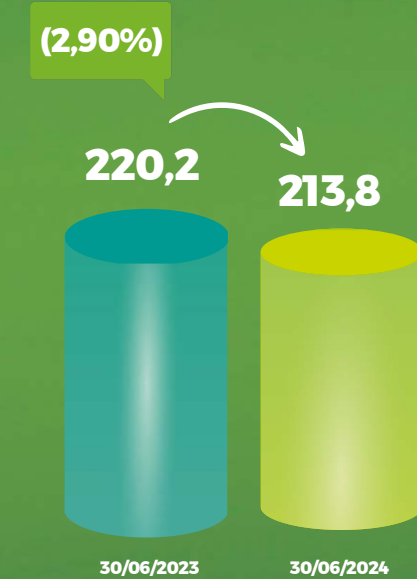
C
ATIVOS TOTAIS
em bilhões (R\$)



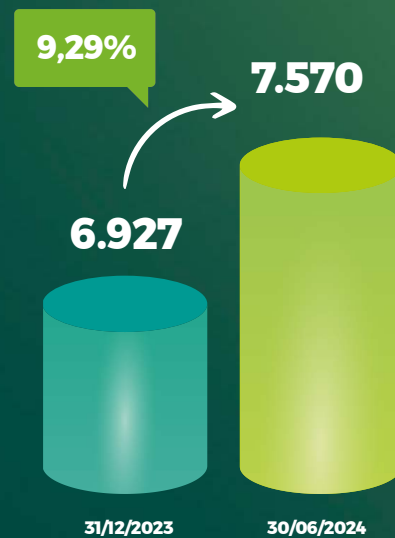
C
DEPÓSITO À VISTA, A PRAZO E LCA/LCI
em bilhões (R\$)



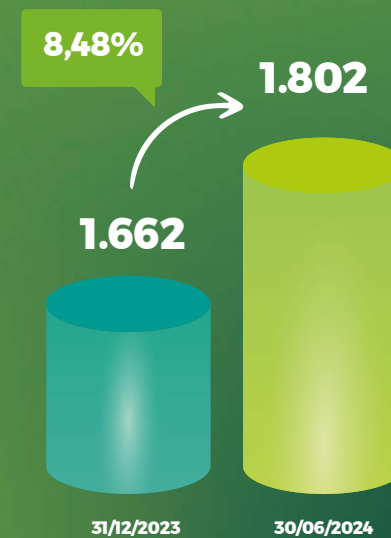
C
RESULTADO
em milhões (R\$)



C
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E CPR
(CÉDULA DE PRODUTO RURAL)
em bilhões (R\$)



C
CAPITAL SOCIAL
em bilhões (R\$)





DESTAQUES

Credicitrus agora é AA+

No final do mês de maio, a Fitch Ratings, agência internacional de classificação de risco de crédito, elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Credicitrus para AA+(bra), de AA(bra), e afirmou o Rating Nacional de Curto Prazo 'F1+(bra)'. A elevação reflete o fortalecimento dos negócios da Cooperativa.

Segundo a Fitch

“Os ratings nacionais da Credicitrus equilibram a força regional de sua franquia cooperativa, que sustenta a rentabilidade consistentemente mais forte do que a média do setor doméstico, sua capitalização sólida, bem como a qualidade e o perfil de captação e liquidez adequados.”

Recorde de participação na Assembleia Geral

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital, realizada de 3 a 12 de abril, registrou um recorde de participação dos cooperados ao apurar mais de 65 mil votos, no aplicativo Sicoob Moob.

Um marco, que posiciona a Credicitrus como a cooperativa de crédito singular do Sistema que obteve a maior participação dos associados em Assembleias. Essa representatividade legitima o segundo princípio do cooperativismo, a gestão democrática, e contribui para o fortalecimento do cooperativismo de crédito brasileiro.

Reunião presencial com os cooperados, em Bebedouro, SP.

Entrega dos cobertores em Santa Fé do Sul, SP, doados pelos cooperados na Assembleia.

Reuniões presenciais com os cooperados

Durante a Assembleia 2024, a Credicitrus promoveu, entre os dias 9 a 11 de abril, as reuniões presenciais com os cooperados nos municípios onde possui Posto de Atendimento.

Nas reuniões, os cooperados foram recepcionados pela equipe da Cooperativa e assistiram a uma apresentação conduzida pelos Gerentes de Unidade, que passaram instruções de como votar no aplicativo Sicoob Moob e explanaram, dentre outros assuntos, sobre a importância de participação nas Assembleias, destinação das sobras de 2023 e a fórmula de cálculo adotada para a distribuição.

Participação e Doação

Outro princípio que teve um impacto significativo durante as Assembleias foi o 7º - Interesse pela Comunidade. Durante as Assembleias, a Credicitrus ofereceu aos cooperados que participaram da votação a opção de realizar uma doação ao escolherem um cobertor como brinde. Por meio desta iniciativa, foram arrecadados cerca de 18 mil cobertores, que foram posteriormente doados a entidades locais.

Reinauguração do PA 64 - Barretos, SP

O Posto de Atendimento, anteriormente localizado no Norte Shopping Barretos, foi transferido para uma nova instalação na avenida 43, no centro da cidade, a partir de 24 de abril. A nova instalação foi projetada para melhor atender às necessidades dos cooperados.

GPTW (Great Place To Work) - Agronegócio

A Credicitrus recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o selo GPTW do agronegócio brasileiro.

As empresas vencedoras foram selecionadas com base na pesquisa aplicada pela GPTW junto aos funcionários, a qual avaliou quesitos de remuneração, benefícios, estabilidade, qualidade de vida, oportunidades de crescimento, programas de saúde mental, além de envolver os aspectos como orgulho de fazer parte da empresa e disposição de recomendá-la para parentes e amigos.

RELACIONAMENTO COM OS COOPERADOS

Eleição dos Coordenadores Institucionais de Relacionamento

Em 24 de janeiro, foi realizada, por meio do aplicativo Sicoob Moob, a eleição dos Coordenadores Institucionais de Relacionamento. No total, foram eleitos 124 Coordenadores, um por Posto de Atendimento, com o mandato de 2 (dois) anos.

Os Coordenadores possuem como atribuição disseminar o cooperativismo, sua doutrina e princípios, além de promover o relacionamento entre os cooperados e a Cooperativa. Para se candidatar ao cargo de Coordenador, é necessário ser cooperado pessoa física e atender aos requisitos estabelecidos no Regulamento, conforme divulgado no edital de convocação.



O Gerente de governança e Riscos, Jonas Ferreira, dando as boas-vindas aos Coordenadores Institucionais de Relacionamento.

Encontro do Comitê Institucional de Relacionamento

No dia 20 de março, a Credicitrus promoveu em sua Sede, em Bebedouro, SP, o primeiro encontro do ano com o Comitê Institucional de

Relacionamento, formado pelos Coordenadores eleitos para o mandato 2024/2026. O Presidente do Conselho de Administração, Marcos Lourenço Santin, a Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente do Instituto Credicitrus, Maria Tereza Souza Lima Uchôa, e a membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria, Maria Madalena Fernandes Rocha, receberam os Coordenadores.

Dando início às atividades do encontro, os 83 Coordenadores presentes conheceram, por meio da apresentação do gerente de Governança e Gestão Integrada de Riscos, Jonas Ferreira, o modelo de negócios do Cooperativismo de Crédito, os princípios do Cooperativismo e as atribuições do Coordenador Institucional de Relacionamento.

Completando as informações, o gerente de Negócios, Anadir Ribeiro Júnior, apresentou o portfólio de produtos e serviços da Credicitrus e esclareceu as dúvidas dos Coordenadores. Encerrando o encontro, a Presidente do Instituto Credicitrus, Maria Tereza, apresentou as frentes de atuação e os principais projetos do Instituto.



O auditório da Matriz da Credicitrus foi o ponto de encontro dos Coordenadores Institucionais de Relacionamento.

Somar agora é ECO

Após nove anos de sucesso, o programa SOMAR da Credictrus evoluiu para uma nova versão,



Da. esq. para a dir: Fabio Fernandes, diretor de negócios, Waldir Segatto, CEO, Maria Tereza Uchôa, Vice-presidente do Conselho de Administração, Marcos Santin, Presidente do Conselho de Administração e Denise Almeida, diretora de governança, riscos e compliance, no ECO em Bebedouro, SP.

O SOMAR, formado pelas palavras - Sinergia, Oportunidades, Motivação, Ações e Resultados - foi lançado em 2015 com o intuito de estreitar o relacionamento com os cooperados, levando informações relevantes sobre produtos, serviços e disseminando os princípios do cooperativismo, já o ECO, além destes, aborda temas variados. Levando conhecimento aos cooperados e contribuindo para a identificação de novas oportunidades para a realização de negócios promissores.

ECO, além de ser curto, sonoro e marcante, simboliza que a voz da Credictrus soará cada vez mais alto, refletindo em todas as direções. Somado a isso, a sigla é versátil, pois, dependendo do tema, ganhará uma denominação, podendo ser, Encontro com Cooperadas; Educação Cooperativista; Cooperação e Oportunidades.

ECO mulheres

O primeiro ECO foi especialmente dedicado ao público feminino. O Encontro com Cooperadas aconteceu em Bebedouro, SP, e reuniu, no dia 7 de março, aproximadamente 350 cooperadas de toda a área de atuação da Credictrus.



A palestrante e jornalista, Leila Ferreira, no ECO mulheres, realizado em Bebedouro, SP.

A Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente do Instituto Credictrus, Maria Tereza de Souza Lima Uchôa, e a Diretora de Governança, Riscos e Compliance, Denise Almeida, realizaram uma apresentação sobre os resultados da Cooperativa em 2023. Após, convidaram ao palco a reconhecida escritora e jornalista Leila Ferreira, que ministrou a palestra “A arte de ser leve”.



A palestrante e jornalista, Leila Ferreira, no ECO mulheres, realizado em Bebedouro, SP.

ECO com Augusto Cury

O ECO (Encontro com Cooperados) com a palestra do Dr. Augusto Cury, aconteceu em 16 de maio, em Bebedouro, SP, com a participação de mais de 900 pessoas, entre elas, aproximadamente 400 cooperados presencialmente e mais de 500 pessoas pelo canal da Cooperativa no Youtube, com transmissão ao vivo.

Com o tema “Gestão da emoção na era da intoxicação digital”, o Dr. Augusto Cury envolveu a todos com reflexões sobre a convivência diária e a gestão da inteligência emocional.



O Prof. Dr. Augusto Cury palestrando no ECO, em Bebedouro, SP.

Credictrus na Agrishow 2024

Nos dias 29 de abril a 3 de maio, a Credictrus participou da Agrishow, maior feira de tecnologia agrícola da América Latina e uma das três maiores do mundo. Além de promover a marca, nacional e internacionalmente, a Cooperativa ofereceu um portfólio completo de soluções financeiras aos cooperados e deixou, mais uma vez, o legado da força do cooperativismo.



O estande da Credictrus com 500 m², na Agrishow 2024, estava pronto para receber os cooperados e visitantes.

Com um estande de 500 m², 200 metros maior que em 2023, a Credictrus recebeu os seus cooperados, oferecendo condições diferenciadas de produtos e serviços. Já o público em geral pode conhecer o propósito da Credictrus e acompanhar as palestras sobre o cenário atual da agropecuária, sustentabilidade, novo cenário de preços, e mercado de crédito de carbono.

CREDICTRUS



Estande da Credictrus, localizado na Praça Central dos Bancos na Agrishow 2024.



Funcionários reunidos no alinhamento com o diretor de negócios, Fabio Fernandes, na Agrishow.

Um dos pontos relevantes foi a presença massiva do público feminino, que, a cada dia, ganha mais espaço em todas as áreas do mercado de trabalho. Na estrutura montada pela Credictrus na praça das instituições financeiras da Agrishow, elas demonstraram o vasto conhecimento sobre o cenário agrícola brasileiro, liderança, poder de decisão, e participaram de palestras sobre Sustentabilidade.



Clique do final da palestra especial para as mulheres na Agrishow 2024.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Aderência ao Pacto Global da ONU

Em março deste ano, a Credicitrus aderiu ao Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, comprometendo-se publicamente a alinhar as suas estratégias e operações aos dez princípios da ONU, voltados para o Meio Ambiente, Direitos Humanos, Anticorrupção e Trabalho, e contribuir para o alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Relatório de Transparência Salarial e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens

Em cumprimento às diretrizes dadas pela Lei de nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, a Credicitrus publicou, no seu site institucional, o primeiro Relatório de Transparência Salarial, nos termos da regulamentação e conforme as instruções do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Relatório fica disponível no blog da Credicitrus e no site institucional, e pode ser acessado pelo link abaixo.

[Relatório 1](#)



Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Para conhecer o seu perfil das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e buscar novas oportunidades, a Credicitrus, em parceria com a consultoria FUPEF/PR - Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, iniciou no primeiro semestre a coleta de dados para a elaboração do inventário das emissões referente a 2023. O inventário consiste na análise e mensuração das emissões de GEE dos Escopos 1, 2 e 3 (parcial), seguindo a metodologia do Programa GHG Protocol (Protocolo de Gases e Efeito Estufa), adaptada ao contexto brasileiro pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com base nos resultados do inventário, foi elaborado um plano de ação abrangendo ações de curto, médio e longo prazo.





INSTITUTO CREDICITRUS

O Instituto Credicitrus realizou, no primeiro semestre de 2024, mais de 20 projetos com diversas ações nos pilares educacional, social, cultural e ambiental, impactando mais de 32 mil pessoas em 113 cidades da área de atuação da Credicitrus, com destaque para:



EMPREENDEDORISMO

Empretec: mais de 120 cooperados da Credicitrus concluíram o principal programa de formação de empreendedores do mundo, uma oportunidade para quem está pensando em abrir um negócio, aprimorar o desempenho empresarial ou desenvolver suas habilidades empreendedoras. Foram realizados 5 seminários abrangendo 15 cidades onde a Cooperativa atua.

FormaTI: curso profissionalizante na área de Tecnologia da Informação, com aulas online e



eventos exclusivos, desenvolvidos pela equipe de tecnologia da Credicitrus, conta com 35 alunos da cidade de Bebedouro, SP e região.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FORMAL

Programa Educação Financeira - visita às escolas: no primeiro semestre foram visitadas 54 escolas dos municípios paulistas - Catanduva, Araçatuba e Araras. Durante as visitas, mais de 11 mil crianças e adolescentes foram orientados sobre educação financeira com o objetivo de auxiliá-los na tomada de decisão consciente sobre dinheiro, preparando-os para enfrentar desafios financeiros.

Programa Cooperativismo e Gestão: visa a fortalecer e disseminar a cultura cooperativista. 500 cooperados participaram da primeira fase do programa de especialização de 74h, desenvolvido em parceria com a Fundação Getulio Vargas - FGV, para aqueles que buscam crescimento pessoal, com foco nas competências de gestão de pessoas, organização e negócios. A segunda fase permitirá o aprofundamento de conhecimento,

por meio de um MBA, com carga horária de 360 horas, para 50 cooperados selecionados pela FGV, que concluíram a primeira fase.

OEG Cooperativismo: mais uma parceria com a Fundação Getulio Vargas - FGV, o curso foi desenvolvido para difundir o modelo de negócio cooperativista e como gerar valor, prosperidade e transformação da sociedade. Disponível na plataforma da FGV, mais de 1.000 pessoas foram certificadas no primeiro semestre de 2024.



PROGRAMA DE INVESTIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Em maio, o Comitê de Investimento Socioambiental, formado por funcionários da Credicitrus, se reuniu para selecionar projetos dos Editais de Geração de Renda e Energia Sustentável de 2024. Foram selecionados 39 projetos de diferentes Organizações Sociais, impactando aproximadamente 14 mil pessoas de 32 cidades onde a Credicitrus está presente. Além destas, foram apoiadas outras 18 instituições com projetos ou doações nos programas Mais Futuro e Doações Emergenciais, impactando mais de 2.500 pessoas de 14 cidades.



AMBIENTAL

CooperNascentes e CooperSemear: projetos da Fundação Coopercitrus Credicitrus, com o apoio do Instituto Credicitrus para a restauração de 40 nascentes e o plantio de 40 mil mudas de mata ciliar. Até o final de junho, foram recuperadas 26 nascentes, ampliando a vazão de água por dia, além de 15 mil mudas plantadas.



○○●○

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

Balanço patrimonial	26
Demonstração das sobras ou perdas	27
Demonstração do resultado abrangente	27
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstração dos fluxos de caixa	29
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	30
1 Contexto operacional	30
2 Apresentação das demonstrações financeiras	31
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	31
3 Resumo das políticas contábeis materiais	35
4 Caixa e equivalentes de caixa	40
5 Aplicações interfinanceiras de liquidez	41
6 Títulos e valores mobiliários	42
7 Operações de crédito	44
8 Outros ativos financeiros	46
8.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativos a outros ativos financeiros	46
9 Ativos fiscais, correntes e diferidos	47
10 Outros ativos	48
11 Investimentos	48
12 Imobilizado de uso	49
13 Intangível	49
14 Depósitos	50
15 Recursos de aceite e emissão de títulos	51
16 Relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses	51
17 Outros passivos financeiros	52
18 Provisões	52
19 Obrigações fiscais, correntes e diferidas	54
20 Outros passivos	54
21 Patrimônio líquido	55
22 Resultado de atos não cooperativos	57
23 Receitas de operações de crédito	57
24 Dispêndios e despesas da intermediação financeira	58
25 Ingressos e receitas de prestação de serviços	58
26 Rendas de tarifas	58
27 Dispêndios e despesas de pessoal	59
28 Outros dispêndios e despesas administrativas	59
29 Dispêndios e despesas tributárias	60
30 Outros ingressos e receitas operacionais	60
31 Outros dispêndios e despesas operacionais	61
32 Despesas com provisões	61
33 Outras receitas e despesas	62
34 Resultado não recorrente	62
35 Partes relacionadas	62
35.1 Transações com partes relacionadas e remuneração de pessoal chave da administração	63
35.2 Cooperativa Central	64
36 Benefícios a empregados	65
37 Gerenciamento integrado de riscos e de capital	66
37.1 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital	66
37.2 Cultura de gerenciamento de riscos	68
37.3 Risco de crédito	69
37.4 Risco de mercado e variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB)	70
37.5 Risco de liquidez	71
37.6 Risco estratégico	71
37.7 Gerencialmente de capital	72
37.8 Riscos social, ambiental e climático	72
37.9 Risco operacional	74
37.10 Risco de continuidade de negócios	75
37.11 Risco de contágio	75
37.12 Risco de reputação e imagem	76
37.13 Risco de conformidade	76
37.14 Programa de teste de estresse	76
37.15 Declaração de apetite por risco	77
37.16 Relatório de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3	77
38 Seguros contratados – não auditado	77

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

ATIVO	NOTAS	30/06/2024 15.483.289	31/12/2023 14.563.256
DISPONIBILIDADES	4	31.306	27.472
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		15.586.105	14.667.589
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.555.414	1.571.544
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.059.197	3.317.277
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6	(24.250)	(9.631)
Centralização Financeira	4	3.874.427	3.777.492
Operações de Crédito	7	6.027.324	5.917.091
Outros Ativos Financeiros	8	93.993	93.816
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(301.085)	(291.077)
(-) Operações de Crédito	7-e	(285.442)	(272.690)
(-) Outras	8.1-c	(15.643)	(18.387)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	3.474	2.504
OUTROS ATIVOS	10	51.805	53.829
INVESTIMENTOS	11	74	74
IMOBILIZADO DE USO	12	235.053	225.737
INTANGÍVEL	13	40.166	34.238
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12-13	(163.609)	(157.110)
TOTAL DO ATIVO		15.483.289	14.563.256
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.483.289	14.563.256
DEPÓSITOS	14	7.679.541	5.941.082
Depósitos à Vista		1.820.388	1.631.298
Depósitos Sob Aviso		1.769	1.840
Depósitos a Prazo		5.857.384	4.307.944
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.614.122	5.685.518
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	3.501.422	4.080.259
Relações Interfinanceiras	16-a	1.104.117	1.444.924
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16-b	335	335
Outros Passivos Financeiros	17	8.248	160.000
PROVISÕES	18	107.280	102.106
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	13.145	27.276
OUTROS PASSIVOS	20	160.479	169.713
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.908.722	2.637.561
Capital Social	21-a	1.802.340	1.661.507
Reservas de sobras		892.604	823.988
Sobras ou perdas acumuladas	21-c	213.778	152.066
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.483.289	14.563.256

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	NOTAS	30/06/2024	30/06/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		990.463	949.942
Operações de Crédito	23	539.844	565.420
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4-a	199.243	180.396
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	78.122	76.927
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	173.254	127.199
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(631.018)	(573.164)
Operações de Captação no Mercado	14-c	(444.566)	(406.847)
Operações de Empréstimos e Repasses	16-c	(65.651)	(64.688)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(120.801)	(101.629)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		359.445	376.778
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(129.763)	(147.091)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	44.518	29.903
Rendas de Tarifas	26	780	926
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(101.241)	(94.247)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(79.920)	(75.461)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(1.557)	(1.718)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	63.923	53.698
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(56.266)	(60.192)
PROVISÕES		741	(238)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32	741	(238)
RESULTADO OPERACIONAL		230.423	229.449
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	(5.989)	2.414
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		224.434	231.863
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.353)	(4.578)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(2.092)	(2.858)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(1.261)	(1.720)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(7.303)	(7.132)
Sobras ou perdas do período à disposição da assembleia	21-c	213.778	220.153

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	NOTAS	30/06/2024	30/06/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	21-c	213.778	220.153
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	21-c	213.778	220.153
		213.778	220.153

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2022		1.515.054	(2.829)	553.210	64.685	542	4.973	134.082	2.269.717
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:									
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	21-c			54.448				(54.448)	
Distribuição de sobras para associados	21-c	71.917						(79.634)	(7.717)
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:									
Por Subscrição/Realização		42.133	373						42.506
Por Devolução (-)	21-a	(42.768)		1.479					(41.289)
REVERSÃO/REALIZAÇÃO DE RESERVAS		1.089					(1.089)		
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL								220.153	220.153
SALDOS EM 30/06/2023		1.587.425	(2.456)	609.137	64.685	542	3.884	220.153	2.483.370
SALDOS EM 31/12/2023		1.664.205	(2.698)	755.196	64.685	542	3.565	152.066	2.637.561
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:									
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	21-c			68.616				(68.616)	
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS PARA ASSOCIADOS	21-c	77.554						(83.450)	(5.896)
OUTROS EVENTOS/RESERVAS	21-c			65.227	(64.685)	(542)			
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:									
Por Subscrição/Realização		90.710	233						90.943
Por Devolução (-)	21-a	(27.664)							(27.664)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL								213.778	213.778
SALDOS EM 30/06/2024		1.804.805	(2.465)	889.039	0	0	3.565	213.778	2.908.722

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	NOTAS	30/06/2024	30/06/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		224.434	231.863
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	30	(48.189)	(37.969)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	24	120.801	101.629
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32	(741)	238
Provisões/Reversões Não Operacionais	33	5.589	(643)
Atualização de Depósitos em Garantia	30	(513)	(642)
Depreciações e Amortizações	28	7.615	8.101
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADOS		308.996	302.577
(AUMENTO)/REDUÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		16.130	(308.992)
Títulos e Valores Mobiliários		(677.755)	(614.783)
Operações de Crédito		(208.488)	(900.454)
Outros Ativos Financeiros		(12.202)	(6.162)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(970)	(1.793)
Outros Ativos		(3.565)	13.862
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS			
Depósitos à Vista		189.090	18.580
Depósitos sob Aviso		(71)	(1.058)
Depósitos a Prazo		1.549.440	480.330
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(578.837)	819.821
Relações Interfinanceiras		(340.807)	395.946
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	(7)
Outros Passivos Financeiros		(151.752)	(106.631)
Provisões		5.915	25.400
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(16.941)	(19.289)
Outros Passivos		(16.537)	(16.842)
Imposto de Renda Pago		(173)	(202)
Contribuição Social Pago		(370)	(4.530)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		61.104	75.773
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	30	47.407	37.067
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	30	782	902
Aquisição de Intangível		(5.928)	(5.897)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(10.432)	(3.664)
Aquisição de Investimentos		(49.546)	(41.511)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(17.717)	(13.103)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento por novos aportes de Capital		90.943	42.506
Devolução de Capital aos Cooperados		(27.664)	(41.289)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		(5.896)	(7.717)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		57.383	(6.500)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		100.769	56.170
MODIFICAÇÕES LÍQUIDAS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	3.804.964	2.999.758
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	3.905.733	3.055.928
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		100.769	56.170



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus é uma cooperativa de crédito singular, com sede em Bebedouro – SP, instituição financeira não bancária, fundada em 14 de setembro de 1983, filiada à Cooperativa Central de Crédito do ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SÃO PAULO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas da Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, junto a outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, e pelas Resoluções CMN nº 4.910/2021, 4.970/2021 e 5.051/2022, do Conselho Monetário Nacional, que dispõem sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições.

A Sicoob Credicitrus possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Aguai – SP, Agudos – SP, Altinópolis – SP, Amparo – SP, Aparecida do Taboado – MS, Araçatuba – SP, Araraquara – SP, Araras – SP, Avaré – SP, Bariri – SP, Barretos – SP, Batatais – SP, Bauru – SP, Bebedouro – SP, Birigui – SP, Borborema – SP, Botucatu – SP, Brodowski – SP, Buritizal – MG, Campinas – SP, Campos Gerais – MG, Capetinga – MG, Casa Branca – SP, Cassia – MG, Catanduva

– SP, Colina – SP, Conquista – MG, Cristais Paulista – SP, Dois Córregos – SP, Fernandópolis – SP, Franca – SP, Frutal – MG, Garça – SP, Guaira – SP, Guará – SP, Holambra – SP, Ibiraci – MG, Ibitinga – SP, Igarapava – SP, Itajobi – SP, Itápolis – SP, Itatinga – SP, Itaú de Minas – MG, Itirapuã – SP, Jaguariúna – SP, Jales – SP, Jardinópolis – SP, Jaú – SP, José Bonifácio – SP, Jundiaí – SP, Lençóis Paulista – SP, Limeira – SP, Lins – SP, Marília – SP, Matão – SP, Mirassol – SP, Mococa – SP, Mogi Mirim – SP, Monte Alto – SP, Monte Aprazível – SP, Monte Azul Paulista – SP, Morro Agudo – SP, Nova Granada – SP, Novo Horizonte – SP, Nuporanga – SP, Olímpia – SP, Paraíso – SP, Passos – MG, Patrocínio – MG, Patrocínio Paulista – SP, Paulínia – SP, Pedregulho – SP, Penápolis – SP, Pereira Barreto – SP, Pindamonhangaba – SP, Pirangi – SP, Pirassununga – SP, Pitangueiras – SP, Poços de Caldas – MG, Porto Ferreira – SP, Ribeirão Preto – SP, Rio Claro – SP, Sales Oliveira – SP, Santa Adélia – SP, Santa Cruz das Palmeiras – SP, Santa Fé do Sul – SP, Santo Antônio da Alegria – SP, São Carlos – SP, São José da Bela Vista – SP, São José do Rio Preto – SP, São José dos Campos – SP, São Manuel – SP, São Paulo – SP, Tabatinga – SP, Taiúva – SP, Tambaú – SP, Taquaritinga – SP, Taubaté – SP, Uberaba – MG, Uberlândia – MG, Urupês – SP, Varginha – MG, Viradouro – SP, Vista Alegre do Alto – SP.

A Sicoob Credicitrus tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade,



assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019, as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022, e normas e instruções do BACEN e CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante às Resoluções CMN nº 4.818/2020 e 4.924/2021 (ambas Resoluções foram alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024) e Resolução BCB nº 2/2020 (alterada pela Resolução BCB nº 367/2024).

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo

de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando a preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados e vigentes foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Financeiras.

A aprovação e emissão das Demonstrações Financeiras aqui apresentadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Normativos em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 30 de junho de 2024:



Instrução Normativa BCB 447, de 4 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459, de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, exceto para os itens que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às

demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos: i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif;

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:



define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426, de 1º de dezembro de 2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/2023 revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento, com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas

pela norma:

• **Fase 1 - Avaliação (2022):** engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase, foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

• **Fase 2 - Desenho (2023):** essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

• **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis;

• **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

• **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de



alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

• **Fase 6 – Adoção inicial (1º janeiro de 2025):** adoção efetiva da norma.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

• **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ);

• **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação;

• **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;

• **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade

apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido;

• **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios;

• **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução nº 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º de janeiro de 2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de



motores para cálculos.

As atividades de cronograma de implantação do Sicoob encontram-se na Fase 3, compreendendo discussões a serem desenvolvidas de mudanças em sistemas internos e externos com a construção de motores para execução de classificação de ativos financeiros e reformulação dos sistemas de caracterização de ativo problemático/classificação de carteira e perdas esperadas.

Em complemento, a Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução



3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, são considerados atos cooperativos aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos são aqueles que importam em operações com terceiros não associados, exceto aplicações no mercado financeiro.

CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2), estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Cooperativa Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.



d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por participações em cooperativas, títulos e valores mobiliários e cédula de produto rural (CPRs).

As participações em cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269, de 1º de abril de 2022.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta, ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

As cédulas de produto rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo BCB.

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

Podem ser:

a) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;

b) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de custo das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos por meio do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central e utilizados pela Cooperativa Central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério pro rata, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir de 60º dia, em rendas a apropriar.



h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e a liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, 5 anos em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução. A Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios

definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

K) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.



m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.



As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos por meio de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Posto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço a não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 12 meses, após a data-base do balanço, estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no não circulante.

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em



conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7 de outubro de 2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são considerados partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) **Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**
Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) **Instrumentos Financeiros**
A Sicoob Credicitrus opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, títulos



4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e o equivalente de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	31.306	27.472
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	3.874.427	3.777.492
TOTAL	3.905.733	3.804.964

e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, letras de crédito do agronegócio – LCA, letras de crédito imobiliário – LCI, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores históricos, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) **Eventos Subsequentes**
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP, conforme determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 30 de junho de 2024 e 2023 foram, respectivamente, registrados em contrapartida de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, no resultado.

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	199.243	180.396



5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Total
Ligadas (a)	1.090.303	-	1.090.303	1.369.821	1.369.821
Não Ligadas (b)	212.958	252.153	465.111	201.723	201.723
TOTAL	1.303.261	252.153	1.555.414	1.571.544	1.571.544

a) Referem-se às aplicações em Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural (DIR), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI (2023 – 100%), efetuadas junto ao Banco Sicoob.

b) Referem-se às aplicações em Depósitos Interfinanceiros – CDI em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido e remuneração em média de 104,72% do CDI (2023 – 103% do CDI).
Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023
	De 90 a 365	Acima de 365	Total	Total
Ligadas (a)	1.090.303	-	1.090.303	1.369.821
Não Ligadas (b)	212.958	252.153	465.111	201.723
TOTAL	1.303.261	252.153	1.555.414	1.571.544

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 foram, respectivamente, registrados em contrapartida de “Resultados de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, no resultado.

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Ligadas (a)	64.733	70.075
Não Ligadas (b)	13.389	6.852
TOTAL	78.122	76.927



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, Títulos e Valores Mobiliários estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Títulos de Renda Fixa (a) (Nota 35.2)	337.403	245.698	583.101	263.778	434.974	698.752
Cédula de Produto Rural – CPR (b)	535.382	1.317.339	1.852.721	424.677	867.159	1.291.836
(-) Provisão para desvalorização de Títulos Livres (f)	(9.410)	(14.840)	(24.250)	(3.437)	(6.194)	(9.631)
Letras Financeiras (c)	619.455	561.012	1.180.467	831.832	101.494	933.326
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SP (d) (e) - (Nota 35.2)	-	160.149	160.149	-	148.365	148.365
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (d) (e)	-	282.658	282.658	-	244.900	244.900
Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais (d)	-	63	63	-	60	60
Outras Participações (d)	-	38	38	-	38	38
TOTAL	1.482.830	2.552.117	4.034.947	1.516.850	1.790.796	3.307.646

a) Os Títulos de Renda Fixa se referem às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na SICOOB SP, com remuneração de, aproximadamente, 102,69% do CDI (2023 – 104% do CDI).

b) As Cédulas de Produto Rural – CPR são títulos lastreados em produto rural, disponível na emissão ou cuja produção seja esperada ao longo da vigência do título, com liquidação financeira obrigatória, não havendo incidência de IOF.

c) As Letras Financeiras – LF se referem às aplicações realizadas em instituições financeiras de primeira linha, com níveis de rating sólidos e remuneração em média de 107,23% do CDI (2023 – 106,45% do CDI).

d) A partir de 1º de julho de 2022, os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foram mantidas no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.



e) No período findo em 30 de junho de 2024, a Sicoob Creditrus efetuou aporte de capital no SICOOB SP, no montante de R\$ 11.784 mil, e aquisição de ações no Banco Sicoob, no montante de R\$ 37.758 mil.

f) Refere-se, substancialmente, à provisão para desvalorização de títulos livres, apurada sobre o total das cédulas de produto rural – CPR (Nota 6-b), foram apuradas com base na avaliação de risco dos cooperados, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e prazo de vencimento:

DESCRIÇÃO	30/06/2024				31/12/2023
	Até 90	De 90 a 365	Acima de 365	Total	Total
Títulos de Renda Fixa	124.807	212.596	245.698	583.101	698.753
Cédula de Produto Rural – CPR	183.959	351.423	1.317.339	1.852.721	1.291.836
(-) Provisão para desvalorização de Títulos Livres	(1.896)	(7.514)	(14.840)	(24.250)	(9.631)
Letras Financeiras	253.847	365.608	561.012	1.180.467	933.325
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SP	-	-	160.149	160.149	148.365
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	-	-	282.658	282.658	244.900
Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	-	-	63	63	60
Outras Participações	-	-	38	38	38
TOTAL	560.717	922.113	2.552.117	4.034.947	3.307.646

O resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foram, respectivamente, registrados em contrapartida de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Imobiliários”, no resultado.

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 35.2)	33.252	55.661
Letras Financeiras	55.789	66.782
Cédula de Produto Rural - CPR	98.832	5.986
Reversão de provisão para desvalorização de Títulos Livres	1.847	8
(-) Provisão para desvalorização de Títulos Livres	(16.466)	(1.238)
TOTAL	173.254	127.199



7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados (TD)	1.702.819	1.166.107	2.868.926	1.643.430	1.028.313	2.671.743
Financiamentos	255.346	464.044	719.390	237.108	438.586	675.694
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.675.322	763.686	2.439.008	1.922.261	647.393	2.569.654
Total de Operações de Crédito	3.633.487	2.393.837	6.027.324	3.802.799	2.114.292	5.917.091
(-) Provisões para Perdas Esperadas	(172.225)	(113.217)	(285.442)	(176.454)	(96.236)	(272.690)
Associadas ao Risco de Crédito						
TOTAL	3.461.262	2.280.620	5.741.882	3.626.345	2.018.056	5.644.401

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais e Agroindustriais	Total em 30/06/2024	Provisões 30/06/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	486.345	132.462	913.308	1.532.115	-	1.461.619	-
A	0,5%	Normal	1.030.932	245.346	976.485	2.252.763	(11.264)	2.464.415	(12.322)
B	1%	Normal	663.483	212.294	433.235	1.309.012	(13.090)	1.241.442	(12.414)
B	1%	Vencidas	4.062	1.030	1.405	6.497	(65)	2.418	(24)
C	3%	Normal	329.920	93.388	54.652	477.960	(14.339)	348.236	(10.447)
C	3%	Vencidas	9.697	1.595	4.890	16.182	(485)	19.871	(596)
D	10%	Normal	84.859	9.407	15.064	109.330	(10.933)	66.823	(6.682)
D	10%	Vencidas	17.156	4.474	1.664	23.294	(2.329)	16.803	(1.680)
E	30%	Normal	22.458	2.461	1.234	26.153	(7.846)	29.743	(8.923)
E	30%	Vencidas	18.625	1.246	1.152	21.023	(6.307)	31.170	(9.351)
F	50%	Normal	14.290	1.858	1.088	17.236	(8.618)	19.025	(9.513)
F	50%	Vencidas	25.843	1.177	523	27.543	(13.771)	17.070	(8.535)
G	70%	Normal	10.037	336	894	11.267	(7.888)	8.170	(5.719)
G	70%	Vencidas	15.513	3.871	8.756	28.140	(19.698)	13.342	(9.340)
H	100%	Normal	71.263	2.085	1.214	74.562	(74.562)	68.610	(68.610)
H	100%	Vencidas	64.443	6.360	23.444	94.247	(94.247)	108.534	(108.534)
Total Normal			2.713.587	699.637	2.397.174	5.810.398	(148.540)	5.707.883	(134.630)
Total Vencidos			155.339	19.753	41.834	216.926	(136.902)	209.208	(138.060)
Total Geral			2.868.926	719.390	2.439.008	6.027.324	(285.442)	5.917.091	(272.690)
Provisões			(218.202)	(21.617)	(45.623)	(285.442)	-	(272.690)	-
Total Líquido			2.650.724	697.773	2.393.385	5.741.882	-	5.644.401	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

DESCRIÇÃO	30/06/2024				31/12/2023
	Até 90	De 90 a 365	Acima de 365	Total	Total
Empréstimos / TD	846.704	856.115	1.166.107	2.868.926	2.671.743
Financiamentos	74.880	180.466	464.044	719.390	675.694
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	518.359	1.156.963	763.686	2.439.008	2.569.654
TOTAL	1.439.943	2.193.544	2.393.837	6.027.324	5.917.091



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos /TD	Financiamento	Financiamentos Rurais e Agroindustriais	30/06/2024	% da Carteira	31/12/2023
Setor Privado - Comércio	500.866	83.156	55.712	639.734	10,61%	625.643
Setor Privado - Indústria	188.696	37.877	129.692	356.265	5,91%	357.071
Setor Privado - Serviços	344.873	117.910	5.935	468.718	7,78%	403.292
Pessoa Física	1.815.178	458.283	2.075.784	4.349.245	72,16%	4.293.505
Outros	19.313	22.164	171.885	213.362	3,54%	237.580
TOTAL	2.868.926	719.390	2.439.008	6.027.324	100,00%	5.917.091

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(272.690)	(225.078)
Constituições (Nota 24)	(174.929)	(310.730)
Reversões (Nota 24)	63.922	148.573
Transferência para prejuízo no período (Nota 7-g)	98.255	114.545
SALDO FINAL	(285.442)	(272.690)

f) Concentração dos principais devedores:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	160.808	2,68%	151.702	2,56%
10 Maiores Devedores	803.982	13,39%	750.747	12,68%
50 Maiores Devedores	1.965.423	32,61%	1.791.589	30,28%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	532.125	486.581
Valor das operações transferidas no período – Operações de Crédito	98.255	114.545
Valor das operações transferidas no período – Avais e Fianças Honrados	12.538	16.130
Valor das operações recuperadas no período (Nota 7-h)	(33.440)	(72.133)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(16.814)	(12.998)
SALDO FINAL	592.664	532.125

h) A recuperação de créditos, anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre operações de crédito e outros ativos financeiros, montou, nos períodos findos em 30 de junho de 2024, R\$ 33.440 mil e, em 30 de junho de 2023, R\$ 38.403 mil, sendo registrada em contrapartida de “Receitas de Operações de Crédito” (Nota 23), no resultado.

i) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um montante de R\$ 237.137 mil e R\$ 185.367 mil, respectivamente, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de crédito e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores. No semestre findo em 30 de junho de 2024, foi renegociado o volume de R\$ 95.128 mil (exercício 2023 – R\$ 87.329 mil).



8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa, por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	16.590	-	16.590	19.532	-	19.532
Rendas a Receber (b)	6.789	-	6.789	6.882	-	6.882
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	8.294	43.543	51.837	969	49.331	50.300
Títulos e Créditos a Receber	536	3.141	3.677	466	3.307	3.773
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	15.100	15.100	-	13.329	13.329
TOTAL	32.209	61.784	93.993	27.849	65.967	93.816

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidas pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

b) O saldo de Rendas a Receber por serviços prestados está composto, substancialmente, por rendas de cartão de crédito e convênios a receber.

c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens, estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos.

d) Em Devedores por Depósitos em Garantia, estão registrados, substancialmente, os depósitos judiciais para: PIS – R\$ 797 mil, COFINS – R\$ 5.285 mil, IR/CS – R\$ 4.277 mil, Outros Tributos – R\$ 253 mil, Trabalhistas – R\$ 652 mil e Cíveis – R\$ 3.836 mil.



8.1 PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVAS A OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, relativas a outros ativos financeiros, foram apuradas com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(13.648)	-	(13.648)	(16.427)	-	(16.427)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(737)	(1.258)	(1.995)	(8)	(1.952)	(1.960)
TOTAL	(14.385)	(1.258)	(15.643)	(16.435)	(1.952)	(18.387)



b) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2024	Provisões 30/06/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	-	-	1.715	1.715	-	-	-
A	0,5%	Normal	-	-	528	528	(3)	917	(5)
B	1%	Normal	-	-	839	839	(8)	918	(9)
C	3%	Normal	-	-	41.739	41.739	(1.252)	41.544	(1.246)
D	10%	Normal	-	-	6.887	6.887	(689)	6.921	(692)
E	30%	Normal	-	26	129	155	(46)	-	-
E	30%	Vencidas	-	1.793	-	1.793	(538)	1.913	(574)
F	50%	Vencidas	-	1.792	-	1.792	(896)	2.258	(1.129)
G	70%	Vencidas	-	2.576	-	2.576	(1.803)	2.120	(1.483)
H	100%	Normal	5	-	-	5	(5)	8	(8)
H	100%	Vencidas	-	10.403	-	10.403	(10.403)	13.241	(13.241)
Total Normal			5	26	51.837	51.868	(2.003)	50.308	(1.960)
Total Vencidos			-	16.564	-	16.564	(13.640)	19.532	(16.427)
Total Geral			5	16.590	51.837	68.432	(15.643)	69.840	(18.387)
Provisões			(5)	(13.648)	(1.990)	(15.643)	-	(18.387)	-
Total Líquido			-	2.942	49.847	52.789	-	51.453	-

c) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(18.387)	(16.048)
Constituições (Nota 24)	(11.023)	(31.647)
Reversões (Nota 24)	1.229	13.178
Transferência para prejuízo (Nota 7-g)	12.538	16.130
SALDO FINAL	(15.643)	(18.387)



9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	2.034	1.440	3.474	1.914	590	2.504



10. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.037	-	4.037	557	-	557
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	185	-	185	433	-	433
Devedores Diversos - País	4.922	-	4.922	5.693	-	5.693
Material em Estoque	137	-	137	127	-	127
Ativos não Financ. Mantidos para Venda - Recebidos (a)	355	90.821	91.176	3.212	89.667	92.879
(-) Prov. Desv. Ativos não Financ. Mantidos para Venda - Rec. (b)	-	(49.661)	(49.661)	-	(44.903)	(44.903)
Despesas Antecipadas (c)	3.382	-	3.382	1.416	-	1.416
Sem Característica de Concessão de Crédito (d)	-	(2.373)	(2.373)	(2.373)	-	(2.373)
TOTAL	13.018	38.787	51.805	9.065	44.764	53.829

- a) Nos Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebido, estão registrados os valores referentes aos bens recebidos para liquidação de operações de crédito de cooperados, não estando sujeitos à depreciação ou correção, sendo que tais bens serão vendidos pela Cooperativa. Alguns desses bens foram oferecidos em garantias em processos judiciais, no exercício, e montaram R\$ 12.569 mil.
- b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos.
- c) Registram-se as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros e licença de softwares.
- d) Provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito se refere aos recursos a receber pela prestação de serviços de cofres inteligentes, junto às empresas terceirizadas, sendo que a contrapartida foi registrada no resultado do período como perdas, devido às incertezas do recebimento.



11. INVESTIMENTOS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os investimentos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Outros Investimentos	74	74

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º de julho de 2022 (Nota 6).



12. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (A) (B)	-	2.152	1.902
Terrenos (B)	-	12.221	12.221
Edificações (B)	2 a 4%	81.761	80.488
Instalações	10%	59.247	54.826
Móveis e Equipamentos de Uso	10% a 20%	36.103	35.325
Equipamentos de Processamento de Dados	20% a 33%	40.603	37.998
Equipamentos de Segurança	10%	2.137	2.148
Veículos	20%	829	829
Total de Imobilizado de Uso	-	235.053	225.737
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-	(26.544)	(25.592)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(45.088)	(43.066)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(63.453)	(61.444)
(-) Depreciação Acum. Veículos	-	(540)	(481)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	-	(135.625)	(130.583)
TOTAL	-	99.428	95.154

- a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.
- b) No exercício de 2022, foram cedidos em comodato ao Instituto Credicitrus, pelo prazo de 10 anos, dois imóveis de uso, sendo um na cidade de Ribeirão Preto-SP, e o outro em Bebedouro-SP, com a finalidade de apoiar os projetos próprios ou mantidos com parcerias estratégicas, registrados com o valor contábil de R\$ 13.356 mil e R\$ 1.194 mil, respectivamente.



13. INTANGÍVEL

Nesta rubrica, registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Cooperativa, como as licenças de uso de software e fundo de comércio.

DESCRIÇÃO	Taxa de Amortização	30/06/2024	31/12/2023
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	10% a 50%	40.166	34.238
Intangível	-	40.166	34.238
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	-	(27.984)	(26.527)
Total de Amortização de Ativos Intangíveis	-	(27.984)	(26.527)
SALDO FINAL	-	12.182	7.711

○ ○ ● ○

14. DEPÓSITOS

a) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (i)	1.820.388	-	1.820.388	1.631.298	-	1.631.298
Depósito Sob Aviso (ii)	1.769	-	1.769	1.840	-	1.840
Depósito a Prazo (ii)	5.852.309	5.075	5.857.384	4.300.684	7.260	4.307.944
TOTAL	7.674.466	5.075	7.679.541	5.933.822	7.260	5.941.082

i) São valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto, sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme a sua necessidade.

ii) São valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios, conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas na data das demonstrações financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser feito em “Despesas com operações de captação no mercado”.

b) Concentração dos principais depositantes (Nota 14 e 15):

DESCRIÇÃO	30/06/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	159.647	1,43%	243.421	2,41%
10 Maiores Depositantes	790.437	7,07%	836.344	8,29%
50 Maiores Depositantes	1.668.760	14,93%	1.541.006	15,27%

c) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Depósitos Sob Aviso	(89)	(188)
Despesas de Depósitos a Prazo	(251.383)	(226.331)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio (Nota 15)	(159.775)	(151.898)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário (Nota 15)	(25.456)	(22.354)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(7.863)	(6.076)
SALDO	(444.566)	(406.847)

○ ○ ● ○

15. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras de Créd. Imobiliário – LCI	-	-	-	1.149.658	-	1.149.658
Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	1.265.208	2.236.214	3.501.422	1.261.505	1.669.096	2.930.601
TOTAL	1.265.208	2.236.214	3.501.422	2.411.163	1.669.096	4.080.259

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na Nota 14-c - Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

a) Composição da carteira de recursos de aceite e emissão de títulos por faixa de vencimento:

TIPO	30/06/2024				31/12/2023
	Até 90	De 90 a 365	Acima de 365	Total	Total
Letras de Créd. Imobiliário – LCI	-	-	-	-	1.149.658
Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	316.086	949.122	2.236.214	3.501.422	2.930.601
TOTAL	316.086	949.122	2.236.214	3.501.422	4.080.259

○ ○ ● ○

16. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescidas de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados, em diversas modalidades. A garantia oferecida é a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estavam assim compostos:

a) Relações Interfinanceiros:

INSTITUIÇÕES	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	906.875	262.716	1.169.591	1.269.712	282.178	1.551.890
(-) Despesas a Apropriar Banco Sicoob	(30.520)	(34.954)	(65.474)	(67.789)	(39.177)	(106.966)
TOTAL	876.355	227.762	1.104.117	1.201.923	243.001	1.444.924

○ ○ ● ○

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

INSTITUIÇÕES	30/06/2024 NÃO CIRCULANTE	31/12/2023 NÃO CIRCULANTE
Repasses do País - Instituições Oficiais	335	335

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(65.651)	(64.688)

○ ○ ● ○

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estavam assim composto:

INSTITUIÇÕES	30/06/2024 CIRCULANTE	31/12/2023 CIRCULANTE
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.314	153.193
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.689	4.977
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.245	1.830
TOTAL	8.248	160.000

a) Recursos em Trânsito de Terceiros referem-se a valores a repassar, relativos a cheques e ordens de pagamento emitidos a terceiros pelos associados.

○ ○ ● ○

18. PROVISÕES

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de provisões estava assim compostos:

INSTITUIÇÕES	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	9.478	6.341	15.819	9.339	7.220	16.559
Provisão para Contingências (b)	-	91.461	91.461	-	85.547	85.547
TOTAL	9.478	97.802	107.280	9.339	92.767	102.106

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa foi responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	386.062	412.231

○ ○ ● ○

Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, foram provisionados/revertidos, em contrapartida do resultado na rubrica “Provisões/Reversões para Garantidas Prestadas”, os montantes de R\$ 741 mil e (R\$ 238 mil), respectivamente (Nota 32).

b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém, como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais (Nota 8-d) relacionados às contingências:

DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE DE PERDA	30/06/2024		31/12/2023	
		PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS
Trabalhista (i)	Provável	2.177	453	3.040	984
	Possível/Remota	7.090	199	7.782	206
Tributárias (ii)	Possível/Remota	2.274	10.612	2.274	10.262
Cíveis (iii)	Provável	79.310	3.828	71.477	1.870
	Possível/Remota	610	8	974	7
TOTAL		91.461	15.100	85.547	13.329

Os principais temas podem ser assim sumarizados:

i) Ações Trabalhistas movidas contra a Cooperativa por ex-funcionários e/ou terceiros, pleiteando verbas trabalhistas, visando a obter indenizações supostamente não pagas. A provisão é constituída com base no valor avaliado para causa por assessores jurídicos externos.

ii) A provisão para risco de natureza tributária sobre interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal sobre o PIS e COFINS e sobre algumas receitas provenientes de serviços ou negócios realizados entre a Cooperativa e seus cooperados, em que não há pacificação jurisprudencial relativa ao ato cooperativo.

iii) São compostas por ações movidas contra a Cooperativa, pleiteando supostos valores cobrados indevidamente na prestação de serviços e ou indenização por danos morais. A provisão é constituída com base no valor avaliado para cada causa por assessores jurídicos externos. Substancialmente, a Cooperativa foi acionada judicialmente no exercício de 2022 em ações cíveis, os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas classificaram estes processos de acordo com os normativos vigentes. No 1º Semestre de 2024, o montante provisionado sobre os novos processos e a atualização dos processos existentes foram de R\$ 8.478 mil. Foi disponibilizado imóvel classificado como BNDU em garantia no mesmo período até a conclusão da discussão dos processos (Nota 10-a).

A Cooperativa é parte envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada em parecer de seus consultores legais externos e internos.

A imprevisibilidade quanto ao tempo de duração dos processos e a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais tornam incertos os prazos ou os valores esperados de saída.



19. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

DESCRIÇÃO	30/06/2024 Circulante	31/12/2023 Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/ Lucros	3.180	370
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	825	724
Impostos e Contribuições sobre Salários	4.485	5.976
Outros (a)	4.655	20.206
TOTAL	13.145	27.276

a) No exercício 2023, refere-se, substancialmente, ao imposto de renda retido na fonte, sobre a remuneração dos juros ao capital.



20. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de outros passivos estava assim composto:

DESCRIÇÃO	30/06/2024		31/12/2023		
	Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	121.698	121.698	139.181	-	139.181
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	1.107	1.107	1.727	-	1.727
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	29.857	29.857	22.999	-	22.999
Credores Diversos – País (c)	7.817	7.817	4.538	1.268	5.806
TOTAL	160.479	160.479	168.445	1.268	169.713

a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

DESCRIÇÃO	30/06/2024 Circulante	31/12/2023 Circulante
Gratificações e Participações a Pagar (i)	7.631	15.171
Cotas de Capital a Pagar (ii)	64.688	74.631
Fundos Voluntários - FIS (iii)	3.235	3.235
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (iv)	46.144	46.144
TOTAL	121.698	139.181

i) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e acordo coletivo, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras, registrados em contrapartida do resultado na rubrica “Participações nos Resultados”.

(ii) Referem-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os cooperados que solicitaram o desligamento do quadro social e àqueles cooperados que participaram do processo judicial e não fazem mais parte do quadro social.



(iii) O FIS é destinado à promoção de ações de natureza social, educacional e cultural, bem como ações relativas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, sendo constituído de 1% das sobras líquidas, deduzidas de juros sobre capital próprio, conforme determinação estatutária.

(iv) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina; ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se à provisão para pagamentos de despesas com fornecedores.

c) Referem-se, substancialmente, ao adiantamento do recebimento de parcelas da venda de imóveis contabilizados em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebido (Nota 10-a); a baixa somente será reconhecida após a quitação do contrato de compra e venda desses imóveis e/ou lavratura da escritura pública de compra e venda, que é o momento em que a administração entende transferir o controle do ativo ao adquirente.



21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 30 de junho de 2024, ocorreu aumento no capital social da Cooperativa, no montante de R\$ 34.356 mil, com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito ou Sicoob Cotas Partes, pelos cooperados.

O montante de capital social devolvido aos cooperados que solicitaram o desligamento do quadro social no período de 30 de junho de 2024 foi de R\$ 27.664 mil (exercício 2023 – R\$ 98.024 mil). Nos casos de desligamento, o cooperado terá direito à devolução de suas cotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no estatuto social da Cooperativa.



DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Capital Social	1.802.340	1.661.507
Associados	170.454	168.006

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras líquidas, deduzida de juros sobre capital próprio, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 30 de junho de 2023, os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos cooperados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da Cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 1.479 mil. Não ocorreram destinações no 1º Sem/2024. Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha/coluna: “Por Devolução (-) / Reserva Legal”.

c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2023 foram aprovadas na assembleia geral ordinária realizada entre os dias 3 e 12 de abril de 2024. Dos valores do exercício 2023, aprovado em 2024, R\$ 83.450 mil foram destinados a novas cotas-partes de capital social dos cooperados e R\$ 68.616 mil, foi destinado ao fundo de reserva.

Além das destinações acima, foi submetida à deliberação e aprovada a liquidação da Reserva para Contingências, com saldo de R\$ 64.685 mil e a liquidação das Reservas de Lucros a Realizar, com saldo total de R\$ 542 mil, sendo os respectivos saldos destinados ao Fundo de Reserva.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Sobras ou Perdas no exercício antes das destinações e dos juros ao capital	213.778	493.559
Juros ao Capital (d)	-	(170.015)
Sobras ou Perdas do período antes das destinações	213.778	323.544
FATES – Atos Não Cooperativos (Nota 22)	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	213.778	323.544
Outras Destinações das Sobras do Período – Fundos Voluntários - FIS 1%	-	(3.235)
Fundo de Reserva – 45%	-	(145.595)
FATES – Atos Cooperativos – 7%	-	(22.648)
TOTAL	213.778	152.066



22. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não cooperados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 30 de junho de 2024 e 2023, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Receitas específicas de atos não cooperativos	11.722	13.783
Despesas específicas de atos não cooperativos	(932)	(1.453)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.117)	(2.761)
Resultado operacional	8.673	9.569
Outras receitas e despesas, líquidas	(5.989)	2.414
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.684	11.983
(Reversão)/Provisão Desvalorização	5.589	(643)
IRPJ/CSLL	(3.353)	(4.015)
Resultado de atos não cooperativos (lucro (prejuízo) líquido)	4.920	7.325



23. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	3.248	3.008
Rendas de Empréstimos	263.022	274.145
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	39.176	37.956
Rendas de Financiamentos	57.143	55.286
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	18.072	5.398
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	27.092	14.907
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	17.004	43.014
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	79.316	91.146
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	2.072	1.962
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	259	195
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 7-h)	33.440	38.403
TOTAL	539.844	565.420



24. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Captação (Nota 14-c)	(444.566)	(406.847)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 16-c)	(65.651)	(64.688)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito (Nota 7-e)	63.922	60.003
Reversões de Provisões para Outros Créditos (Nota 8-c)	1.229	948
Provisões para Operações de Crédito (Nota 7-e)	(174.929)	(144.063)
Provisões para Outros Créditos (Nota 8-c)	(11.023)	(18.517)
TOTAL	(631.018)	(573.164)



25. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Cobrança	4.720	4.446
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	22.221	692
Rendas de Convênios	666	725
Rendas de Comissão	10.673	8.876
Rendas de Cartões (a)	3.198	13.411
Rendas de Outros Serviços	1.831	1.581
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.209	172
TOTAL	44.518	29.903

a) A partir da competência de abril de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto ao Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação aos anos anteriores (Nota 31-a).



26. RENDAS DE TARIFAS

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Serviços Prioritários - PF	130	169
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1	1
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	649	756
TOTAL	780	926



27. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal (a)	-	(80)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(4.432)	(4.376)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(24.069)	(22.220)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(18.568)	(17.624)
Despesas de Pessoal - Proventos	(53.551)	(49.275)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(315)	(322)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(306)	(350)
TOTAL	(101.241)	(94.247)

a) A Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2022 aprovou a alteração estatutária da destituição do órgão social Conselho Fiscal da estrutura de governança corporativa da Credicitrus, conforme possibilita a Lei Complementar nº 196/2022.



28. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(2.250)	(1.746)
Despesas de Aluguéis	(10.244)	(11.067)
Despesas de Comunicações	(4.477)	(4.323)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(4.012)	(3.013)
Despesas de Material	(730)	(743)
Despesas de Processamento de Dados	(12.365)	(10.626)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(4.598)	(4.253)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.868)	(1.702)
Despesas de Seguros	(132)	(103)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.954)	(7.532)
Despesas de Serviços de Terceiros	(5.406)	(5.064)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(7.275)	(6.955)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(3.570)	(2.571)
Despesas de Transporte	(1.558)	(1.729)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(5)
Despesas de Viagem no País	(1.180)	(1.130)
Despesas de Amortização	(1.457)	(1.039)
Despesas de Depreciação	(6.158)	(7.062)
Outras Despesas Administrativas	(6.686)	(4.798)
TOTAL	(79.920)	(75.461)



29. DISPÊNDIOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Tributárias (a)	(518)	(604)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(579)	(681)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(460)	(433)
TOTAL	(1.557)	(1.718)

a) Refere-se, substancialmente, ao pagamento de IPTU e Taxa Municipais.



30. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	4.586	3.185
Dividendos Banco Sicoob (b)	37.758	30.142
Dividendos Sicoob SP Corretora de Seguros (c)	9.649	6.925
Distribuição de sobras da central (d) (Nota 35.2)	782	902
Atualização depósitos judiciais	513	642
Rendas de Repasses Interfinanceiros	505	427
Outras rendas operacionais	4	65
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirencia	10.126	11.410
TOTAL	63.923	53.698

a) Refere-se, substancialmente, a reversões de provisões trabalhistas e cíveis, constituídas em exercícios anteriores.

b) Dividendos recebidos em 30 de junho de 2024 do Banco Sicoob, no montante de R\$ 37.758 mil (2023 R\$ 30.142 mil).

c) Dividendos recebidos em 30 de junho de 2024 da Sicoob SP Corretora de Seguros, no montante de R\$ 9.649 mil (2023 - R\$ 6.925 mil).

d) Sobras distribuídas em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 782 mil (2023 – R\$ 902 mil) pela SICOOB SP e integralizadas como capital, conforme determinação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da SICOOB SP.



31. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.933)	(150)
Outras Despesas Operacionais	(13.485)	(2.334)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(19.829)	(6.952)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(21)	(28)
Outras Contribuições Diversas	(59)	(58)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(114)	(235)
Perdas - Fraudes Internas	(21)	-
Perdas - Fraudes Externas	(153)	(674)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(817)	(2.523)
Perdas - Práticas Inadequadas	(210)	(486)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(83)	(4)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(17)	(2)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(206)	(24.704)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(16.083)	(18.310)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(3.235)	(3.732)
TOTAL	(56.266)	(60.192)

a) A partir da competência de abril de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação aos anos anteriores (Nota 25-a).



32. DESPESAS COM PROVISÕES

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Provisões para Garantias Prestadas	(6.738)	(7.197)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	7.479	6.959
TOTAL	741	(238)



33. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda (a)	166	950
Ganhos de Capital	407	96
Reversão de Provisões p/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda (b)	534	2.519
Outras Rendas Não Operacionais	900	1.441
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda (a)	(1.560)	(608)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores de Bens	-	(13)
(-) Perdas de Capital	(226)	(52)
(-) Despesas de Provisões p/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda (b)	(6.123)	(1.876)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(87)	(43)
TOTAL	(5.989)	2.414

a) Referem-se, substancialmente, à venda de imóveis contabilizados em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda (Nota 34).

b) Referem-se, substancialmente, às reversões/desvalorizações de imóveis contabilizados em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda (Nota 10 e 34).



34. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes”, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
Venda de BNDU	(996)	342
Desvalorização BNDU	(5.589)	643
Recebimento de Sinistro	80	(1)
Perdas Processos Cíveis (Nota 18-b(iii))	(8.478)	(23.955)
TOTAL	(14.983)	(22.971)



35. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.



35.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas corrente, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir, apresentamos os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 30 de junho de 2024:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.074	0,1002%	(6)
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	4	0,0001%	-
TOTAL	3.078	0,1003%	(6)
Montante das Operações Passivas	18.902	0,3827%	-

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 30/06/2024	
Empréstimos e Financiamentos	0,0845%
Financiamentos Rurais	0,0160%
Aplicações Financeiras	0,3341%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir, apresentamos os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 30 de junho de 2024:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	60	(1)	0,0703%
Empréstimos	7.966	(19)	0,3350%
Financiamentos	1.156	(2)	0,1608%
Financiamentos Rurais	966	(5)	0,0396%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO A CARTEIRA TOTAL
Depósitos à Vista	5.083	0,2808%
Depósitos a Prazo	21.291	0,3634%
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	15.350	0,4384%



c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Cheque Especial	11
Empréstimos	118.799
Financiamentos	3.224
Financiamentos Rurais	2.383

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

SUBMODALIDADE BACEN	30/06/2024	31/12/2023
Beneficiários de Outras Coobrigações	927	1.486

e) Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal-chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento ao artigo 44 da Lei 5.764/1971, foram:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	30/06/2023
INSS Diretoria/Conselheiros	(816)	(821)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(4.432)	(4.456)
F.G.T.S. Diretoria	(277)	(274)

f) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Capital Social	7.833	9.127



35.2 COOPERATIVA CENTRAL

A Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus, junto às cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A SICOOB SP é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e nas normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.



Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe a SICOOB SP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Sicoob Credicitrus responde solidariamente pelas obrigações contraídas pela SICOOB SP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes de capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB SP:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Ativo - Relações Interfinanceiras - centralização financeira (Nota 4)	3.874.427	3.777.492
Ativos – Títulos de Renda Fixa (Nota 6)	583.101	698.752
Ativos – SICOOB SP (Nota 6)	160.149	148.365
Total das Operações Ativas	4.617.677	4.624.609

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com a SICOOB SP:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 4)	199.243	180.396
Títulos de Renda Fixa (Nota 6)	33.252	55.661
Distribuição de sobras da central (Nota 30-d)	782	902
Total das Receitas	233.277	236.959



36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade Multi-Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada (Sicoob Previ).

As contribuições aos empregados e administradores da Cooperativa são equivalentes ao tempo de serviço ou adesão ao plano na Sicoob Credicitrus, com teto de 6% do salário de contribuição do INSS.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(1.111)	(990)



37. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

37.1 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

Na Sicoob Credicitrus, a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance é responsável pela estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, com reporte direto e independente aos órgãos de governança.

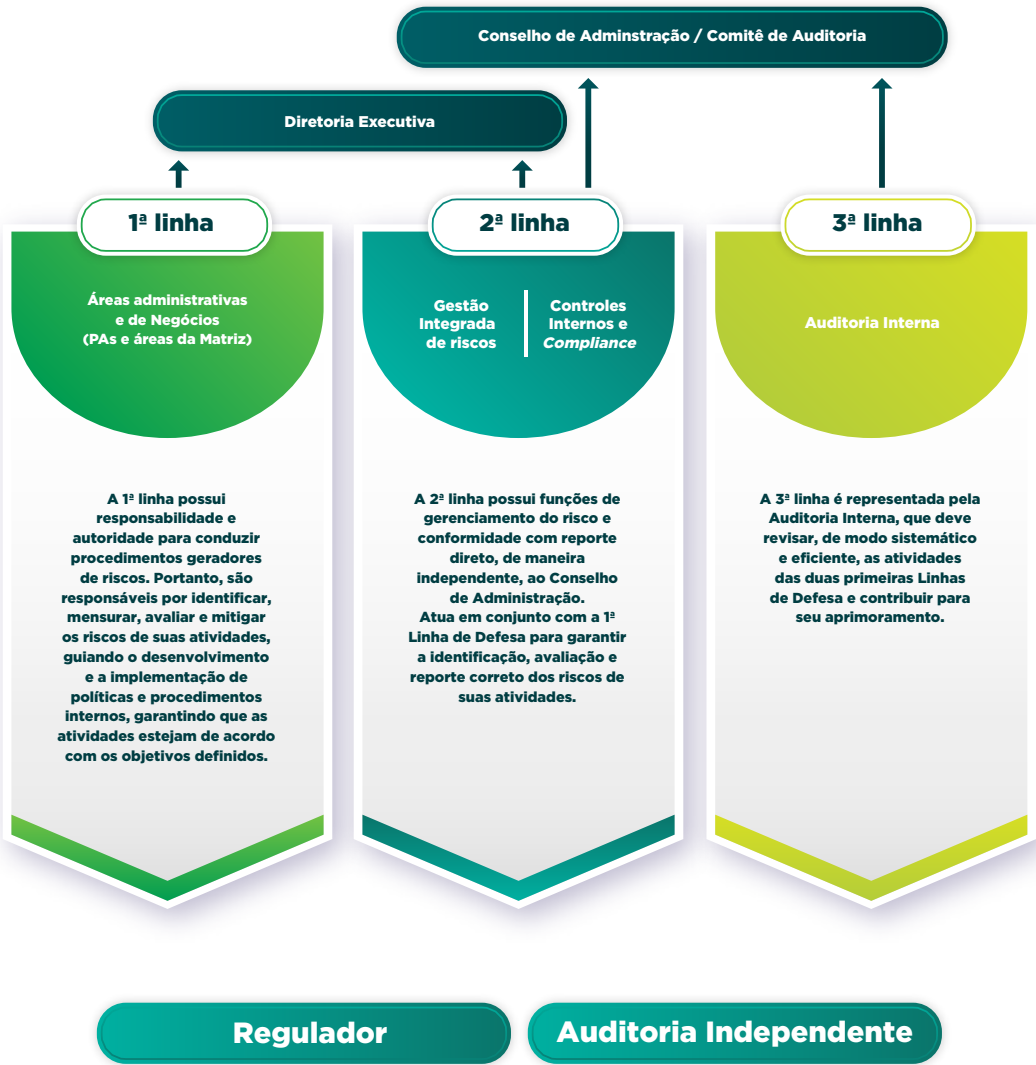


A Sicoob Credicitrus mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa e Gestão, o Comitê de Riscos, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na definição de diretrizes e estratégias relativas ao gerenciamento de riscos e de capital para o cumprimento e a observância de políticas aplicáveis à instituição.



A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Sicoob Credicitrus é compatível com o modelo de negócio, a natureza das operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição, proporcionais à dimensão e relevância dos riscos aos quais a Cooperativa está exposta, de forma a assegurar o seu efetivo gerenciamento.

Destaca-se que a Sicoob Credicitrus está atenta às melhores práticas de gestão de mercado para o desenvolvimento de suas atividades e, não poderia ser diferente, ao gerenciamento de riscos corporativos. Portanto, a seguir, de forma sintetizada, são apresentadas as 3 linhas de defesa existentes, que objetivam prover melhor comunicação e esclarecimento quanto aos papéis e responsabilidades essenciais no gerenciamento integrado de riscos.





37.2 CULTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gerenciar riscos é uma responsabilidade de todos na Sicoob Credicitrus, portanto, embasado em seu Planejamento Estratégico, Orçamentário e nas atitudes culturais necessárias para fazer sua gestão, o Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Credicitrus é realizado e fundamentado, principalmente, nas exigências das Resoluções do CMN 2.682/1999, 4.945/2.021, 4.557/2.017, 4.595/2.017 e 4.968/2.021.

A Sicoob Credicitrus cumpre e faz cumprir as Políticas e os Manuais de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), bem como elabora, implementa e atualiza, anualmente, políticas e Manuais Complementares de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Com base nesses normativos (internos e externos), o Conselho de Administração estabeleceu limites de exposição, que são divulgados a todos os empregados, por intermédio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza acompanhamento e reporte contínuo aos Órgãos de Governança. Essa atuação tem a finalidade de fortalecer o processo de Governança Corporativa, tornando ainda mais segura a concretização dos objetivos estratégicos da Cooperativa, dando maior transparência, eficácia e eficiência às suas operações, visando a cumprir as normas, nacionais e internacionais, os requisitos legais e os requisitos regulatórios. A seguir, é apresentado o processo de gerenciamento de riscos, composto pelas seguintes etapas:



37.3 RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de instrumento de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente garantidor ou das garantias.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito e nos Manuais de Crédito, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, e ratificados pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus.

A Sicoob Credicitrus adota os modelos de análise e de classificação de riscos do CCS, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando a manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos em seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte.

A Sicoob Credicitrus realiza o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento da classificação das operações, de acordo com os normativos internos, complementares à Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Sicoob Credicitrus prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) monitoramento e reporte do consumo dos limites de apetite por riscos;
- g) informações gerenciais periódicas e tempestivas aos órgãos de governança;
- h) elaboração do cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- i) parâmetros para atribuição de limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.



37.4 RISCO DE MERCADO E DE VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS DA CARTEIRA BANCÁRIA (IRRBB)

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, ratificados pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros (IRRBB), aprovada pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos, remetidos aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
 - i) resultado de intermediação financeira (ΔNII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.
 - ii) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
 - iii) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
- b) elaboração de relatórios que permitam identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.



37.5 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez se encontram registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, estabelecidas pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, e ratificadas pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos, remetidos aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
 - i) limite mínimo de liquidez;
 - ii) fluxo de caixa projetado;
 - iii) aplicação de cenários de estresse;
 - iv) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e a correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Sicoob Credicitrus.



37.6 RISCO ESTRATÉGICO

O Risco Estratégico é representado pela possibilidade do não atingimento dos objetivos estabelecidos, decorrente de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização inadequada de premissas para tomada de decisão. O processo de gerenciamento do Risco Estratégico é composto por um conjunto de metodologias e índices estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus.



37.7 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O Gerenciamento de Capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

As diretrizes para o gerenciamento de capital encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital, estabelecidas pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, e ratificadas pela cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento de Capital, aprovada pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus.

Atenta às mudanças e à conformidade do arcabouço normativo, a Sicoob Credicitrus participou de reuniões, juntamente a área de Riscos do Centro Cooperativo do Sicoob, onde foram discutidos a Implementação da Resolução BCB nº 229 de 12/5/2022 e os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. A Sicoob Credicitrus dispõe ainda de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital, que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e, adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados aos órgãos de governança.



37.8 RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

O processo estruturado de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático consiste na avaliação dos potenciais impactos negativos das operações de crédito, inclusive no que diz respeito à reputação da Cooperativa.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são gerenciados considerando sua relevância e proporcionalidade, que são traduzidas na elegibilidade do associado em apresentar, ou não, exposição a esses riscos, conforme descrito nos manuais internos.



As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático são aplicadas, de acordo com as Resoluções CMN 4.557/2017 e 4.945/2021, com o objetivo de identificar e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços da Sicoob Credicitrus.

As diretrizes para o gerenciamento do risco se encontram registradas na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), estabelecidas pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, e ratificadas pela cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), aprovada pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus. A partir das orientações estabelecidas nos normativos, é possível nortear os princípios e as diretrizes visando a contribuir para o adequado tratamento da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa a garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas em virtude da violação de direitos ou de atos lesivos incorridos de interesse comum.

Risco Ambiental: consiste na possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição advindas de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos. O processo de gerenciamento ocorre por meio de avaliações sistêmicas e obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físicos, sendo:

Risco Climático Físico: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;

Risco Climático de Transição: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;



A Política Complementar de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) estabelece procedimentos, indicadores e ações para o tratamento dos riscos, contemplados em quatro etapas:



1 ELEGIBILIDADE
Eleger as operações e cooperados que vão passar pelo processo.



AVALIAÇÃO
Define o nível de exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático de cada operação.



3 TRATAMENTO
Aprofunda as análises, que servirão para subsidiar a tomada de decisão quanto à liberação de crédito.



4 REGISTRO DE PERDAS
Registra as perdas oriundas da materialização de risco social, ambiental e climático.

Atenta às mudanças e conformidade do arcabouço normativo, a Sicoob Credicitrus divulga de forma integrada as informações relacionadas aos riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas da Sicoob Credicitrus, requeridas pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB 139/2021, em seu Relatório de Riscos e Oportunidade Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), observando a estrutura preconizada na Instrução Normativa BCB 153/2021.



37.9 RISCO OPERACIONAL

De acordo com a Seção IV da Resolução CMN 4.557/2017, o Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes para o gerenciamento do risco se encontram registradas na Política Institucional de Risco Operacional, estabelecidas pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, ratificadas pela cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco Operacional da Credicitrus, aprovada pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio de etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações capturadas por meio do processo de mapeamento de riscos operacionais e das perdas operacionais registradas.



A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza análise contínua das perdas operacionais, bem como interage com os gestores responsáveis pelas perdas, com o objetivo de identificar formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.



37.10 RISCO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

O objetivo do processo de Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises (GCN), da Sicoob Credicitrus, é estabelecer estrutura formal e adequada para identificar possíveis ameaças e impactos nas operações, fortalecendo a resiliência organizacional, tornando-se capaz de responder aos eventos de desastres, protegendo as partes interessadas, a reputação, a marca e a continuidade dos processos críticos da cooperativa.

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios estão registradas na Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises, aprovada pelo Conselho de Administração da Sicoob Credicitrus.

A Gestão de Continuidade de Negócios e a Gestão de Crises prevê o estabelecimento de medidas de contingências para o caso de interrupção (total ou parcial) na operação da Cooperativa, assim como ações para retomada da operação dentro dos tempos tolerados, previamente definidos pelos gestores de cada processo crítico.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) Mapear os processos críticos para o funcionamento da Cooperativa;
- b) Definir as estratégias de contingência;
- c) Desenvolver planos para implementação de respostas a incidentes/desastres;
- d) Promover a manutenção dos planos, atualizando-os e realizando testes e validações.



37.11 RISCO DE CONTÁGIO

O gerenciamento do Risco de Contágio consiste na possibilidade de impacto negativo no capital, decorrente de eventos adversos que não fazem parte da instituição, em virtude da vinculação da Cooperativa a:

- a) Marca Sicoob;
- b) Marca Banco Sicoob; e
- c) Cooperativas de Produtores Rurais.

As informações obtidas no acompanhamento do Risco de Contágio são reportadas aos Órgãos de Governança.



37.12 RISCO DE REPUTAÇÃO E IMAGEM

O gerenciamento dos Riscos de Reputação e Imagem da Sicoob Credicitrus é acompanhado por meio dos seguintes indicadores:

- a) Acompanhamento das reclamações de associados, com o objetivo de capturar e tratar temas que possam afetar a reputação e imagem da Cooperativa;
- b) Monitoramento das ameaças à imagem/marca: exposição da Cooperativa na internet.



37.13 RISCO DE CONFORMIDADE

A Política de Controles Internos e Conformidade (Compliance) da Sicoob Credicitrus, aprovado pelo Conselho de Administração estabelece diretrizes para o sistema de controles internos e conformidade da Cooperativa e se aplica aos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, pois cada profissional, independentemente do nível hierárquico, deve ser comprometido e responsável pela prática e disseminação da cultura ética, de conformidade e controles internos.



37.14 PROGRAMA DE TESTE DE ESTRESSE

O Programa de Teste de Estresse (PTE) é o conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança própria, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição, permitindo avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes, em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Além dos testes de estresse mencionados, são realizados backtest, que tem como objetivo auxiliar na avaliação da adequação e da robustez das premissas e das metodologias utilizadas nos modelos do Programa (Res. CMN 4.557/2017 Art. 9º-I e Art. 13-II), e o teste de estresse integrado, que considera os efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos da Cooperativa (Res. CMN 4.557/2017 Art. 14).

Os testes fornecem subsídio às atividades de governança corporativa e aumentam a adaptabilidade da Cooperativa em momentos de instabilidade.



37.15 DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Appetite por Riscos (RAS), as políticas e os procedimentos para gestão de riscos são ferramentas importantes na disseminação da cultura de riscos e estão documentados nos normativos internos e disponibilizados na intranet para todos os colaboradores da Sicoob Credicitrus.

O apetite ao risco consiste na natureza, no máximo nível e no tipo de risco que a Cooperativa está disposta a assumir, para atingir seus objetivos estratégicos. A Declaração de Appetite por Riscos (RAS) é aprovada pelo Conselho de Administração, reflete as definições da alta administração e orienta os planos estratégicos e os orçamentos que permeiam a Cooperativa.



37.16 RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR 3

De acordo com a Resolução BCB 54/2020, o Relatório de Pilar 3 divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis à Sicoob Credicitrus. Para mais informações referentes ao gerenciamento de riscos, acesse o relatório de Pilar 3 (<https://sicoobcredicitrus.com.br/estrutura-de-gerenciamento-de-risco/>).



38. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da cobertura
Veículos	Danos materiais, corporais, morte e invalidez	5.535
Imóveis	Incêndio, Raio, Explosão de qualquer natureza, danos elétricos, e outros	90.700
D&O	Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	35.000
RD Valores	Valores no interior do estabelecimento, dentro e/ou fora de cofres forte, e/ou caixas forte	10.486



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024



1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria da Sicoob Creditrus é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções.

O colegiado é composto por três membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dentre seus integrantes. Suas atribuições se encontram formalizadas no respectivo Regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração. Além disso, observam-se as disposições previstas na legislação vigente, em

especial no Estatuto Social e na Resolução CMN nº 4.910/2021.

Compete ao Comitê, entre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Creditrus; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna; e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares, reuniu-se 12 (doze) vezes no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2024, objeto de atas de reuniões devidamente documentadas.

O Comitê participou, ainda, de reuniões com o Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Nas reuniões do Comitê, foram abordados, em especial, assuntos relacionados a governança corporativa, auditoria independente e interna, gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, ouvidoria e contabilidade. As ações específicas estão descritas a seguir, sendo que as situações que ensejaram a necessidade de ações de melhoria foram objeto de indicações aos responsáveis.

2.1 Organização e Funcionamento do próprio colegiado:

- Aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria referente ao exercício de 2023;
- Aprovação do Relatório Semestral do Canal de Conduta Ética - 2º semestre de 2023.

2.2 Governança Corporativa:

- Acompanhamento mensal das atas dos órgãos sociais;
- Acompanhamento ao atendimento das recomendações/solicitações deste colegiado;
- Recebimento e tratamento das situações registradas no Canal de Conduta Ética, em plena observância aos termos da Resolução CMN 4.859/2020;
- Avaliação da proposta e recomendação ao Conselho de Administração, para contratação de assessoria técnica relativa às atribuições



anteriormente designadas ao Conselho Fiscal.

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão sendo definidos e praticados de acordo com as orientações corporativas.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

2.3 Auditoria Interna

- a. Avaliação do Relatório de Atividades da Auditoria Interna RAIN-T – 2023;
- b. Supervisão das atividades da Auditoria Interna, incluindo acompanhamento dos relatórios periódicos e das fragilidades identificadas e recomendações emitidas para aprimoramento do sistema de governança, gerenciamento de riscos e controles;
- c. Acompanhamento do cumprimento da programação de trabalhos previstos para o primeiro semestre de 2024 e da implementação de ações pelas áreas para minimização de riscos e correção de deficiências;
- d. Acompanhamento da implantação da ferramenta Perinity GRC – Auditoria;
- e. Avaliação da conclusão dos trabalhos da consultoria técnica destinada ao aprimoramento da Auditoria Interna Credicitrus - Consultoria Crescer;

- f. Avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca das demandas especiais de atuação da Auditoria Interna;
- g. Análise dos relatórios das áreas da Matriz e da auditoria contínua de 2023/2024;
- h. Avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca dos indicadores de desempenho da área de Auditoria Interna para o ano de 2024;
- i. Análise acerca da contratação de trabalho de Auditoria Interna para execução pelo CCS – Centro Cooperativa Sicoob;
- j. Nova definição para os conceitos de Pontos de Auditoria e Procedimentos de Melhoria, a ser trabalhados pela Auditoria Interna;
- k. Recomendação ao Conselho de Administração para a contratação de auditoria independente - Moore Prisma Auditores e Consultores - para realização dos trabalhos de auditoria interna, referentes ao exercício de 2024, nas áreas de Contabilidade (Contábil e Tributário) e Tecnologia (Engenharia de dados; Suporte aos usuários; e Suporte técnico).

Preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado, como a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela



Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

2.4 Auditoria Independente e Auditoria Cooperativa

- a. Discussão do planejamento, escopo e principais conclusões obtidas nas revisões das demonstrações financeiras;
- b. Análise dos pareceres e relatórios da Auditoria Independente;
- c. Acompanhamento das recomendações da Auditoria Independente;
- d. Avaliação das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis;
- e. Avaliação da adequação, independência e da qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente.

O Comitê mantém, com os auditores independentes, um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações e dos relatórios financeiros.

No entanto, para o primeiro semestre de 2024, não foram realizados os trabalhos da Auditoria Independente, devido a não haver obrigatoriedade, em observância ao disposto na Resolução CMN nº 4.910/2021, artigo 2º, inciso II.

2.5 Gestão de riscos, controles internos, conformidade e ouvidoria

- a. Avaliação e monitoramento das exposições de risco da Cooperativa, por intermédio do Relatório de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital;
- b. Avaliação da gestão de riscos estratégico, de contágio, de Mercado (IRRBB), de liquidez, de crédito, de reputação e imagem, de Tecnologia, operacionais e Social, Ambiental e Climático - RSAC;
- c. Acompanhamento das perdas operacionais;
- d. Análise do Relatório Pilar III – Gerenciamento de Riscos, em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020;
- e. Análise do Relatório Anual do Comitê de Riscos;
- f. Relatório de Avaliação de Efetividade da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) – Sicoob, em conformidade com a Circular BCB nº 3.978/2020;
- g. Avaliação dos relatórios de atividades de riscos controles internos e conformidade, com acompanhamento das deficiências e recomendações de melhoria apontadas, bem como os respectivos planos de ação das áreas internas para a correção ou melhoria;
- h. Análise do Relatório Anual de Avaliação do Sistema de Controles Internos e Compliance - RACI 307/2020, em atendimento ao artigo 3º da Resolução CMN 2.554/1998 e artigo 7º da Resolução CMN 4.595/2017.
- i. Acompanhamento das demandas da auditoria independente e de órgãos externos de fiscalização e controle, inclusive quanto às



- medidas implementadas e respostas enviadas pela Administração;
- j. Avaliação do Relatório Anual das Atividades da Ouvidoria 2023 e Follow-up dos registros da Ouvidoria;
 - k. Acompanhamento do canal de ouvidoria, com análise das ocorrências registradas e das tratativas por parte da Administração;
 - l. Análise de riscos quanto à incidência de juros em parcelas de cotas de capital social a devolver;
 - m. Avaliação e recomendação quanto à evolução nos modelos de súmulas de crédito e estudos de BNDU - Bens Não de Uso Próprio, deliberados pelo Conselho de Administração;
 - n. Avaliação do processo e regulamentação acerca da constituição de Grupos Econômicos, com consequente recomendação da criação e teor do Manual de Contraparte Conectada (Grupos Econômicos);
 - o. Avaliação do plano de Comunicação do Programa de Compliance de 2024.

O Comitê de Auditoria avalia positivamente a atuação dos trabalhos realizados pelas áreas de Gestão Integrada de Riscos, Controles Internos e *Compliance*. Os resultados da observância, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não apresentaram a existência de riscos que possam afetar a solidez e a continuidade de negócios da Sicoob Credicitrus.

- 2.6 Gestão financeira, controladoria e contabilidade**
- a. Acompanhamento da confecção e avaliação do Relatório de Administração,

- demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício de 2023;
- b. Acompanhamento de informações relativas às demonstrações financeiras e ao orçamento;
 - c. Opinião para aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023;
 - d. Acompanhamento das metas e indicadores do planejamento estratégico;
 - e. Acompanhamento da liquidez da Cooperativa, inclusive no que se refere ao gerenciamento de capital;
 - f. Análise e recomendação ao Conselho de Administração acerca da proposta para distribuição das Sobras 2023/2024;
 - g. Análise de Mercado e da concentração da carteira de Operações de Crédito;
 - h. Avaliação do Relatório das Demonstrações Contábeis Combinadas do Sicoob, exercício 2023.

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, e das notas explicativas publicados no mês de março de 2024.

Foram igualmente examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas e instruções do Banco Central do Brasil e os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.



3. RECOMENDAÇÕES

- No decorrer do primeiro semestre de 2024, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração as aprovações:
- a. Das demonstrações financeiras do exercício de 2023;
 - b. Da conclusão dos trabalhos da consultoria técnica para a área de Auditoria Interna, da empresa Crescer Treinamentos e Consultoria Contábil Fiscal Financeira Ltda.

4. CONCLUSÃO

Com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e em suas próprias análises e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria da Sicoob Credicitrus apresenta as conclusões de suas avaliações.

Até o presente momento, não foram identificadas ocorrências que possam vir a comprometer a independência da auditoria externa relativamente às demonstrações financeiras do exercício em andamento.

A estrutura de Gestão Integrada de Riscos está instrumentalizada e atende ao porte e à complexidade dos negócios da Cooperativa, sendo objeto de permanente atenção por parte da administração, mostrando-se compatível face às exposições a risco.

- c. Do relatório da auditoria independente para os trabalhos nas áreas de Controles Internos e *Compliance*, em cumprimento do plano anual das atividades da Auditoria Interna, em observância do inciso I do Artigo 9º da Resolução do CMN 4879/2020 e das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF 1130 A1).

A Auditoria Interna é efetiva e cumpre seu planejamento anual. A metodologia de trabalho mostra-se compatível para atendimento de seus objetivos, em consonância com as diretrizes da área.

As práticas contábeis relevantes, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Este relatório deverá ser publicado no sítio eletrônico da Cooperativa, após a avaliação do Conselho de Administração.

Bebedouro/SP, 22 de agosto de 2024.

- Maria Madalena Fernandes Rocha**
Coordenadora do Comitê
- Claudemir Strachicini**
Membro do Comitê
- Maria Tereza de Souza Lima Uchôa**
Membro do Comitê

CREDICITRUS



 **SICOOBCREDICITRUS**
Cooperativa de Crédito

 **www.sicoobcredicitrus.com.br**

 **(17) 3345-9000**

 **(17) 3344-5020**

 **credicitrus@credicitrus.com.br**

 **FACEBOOK**
@SICOOBCREDICITRUS

 **INSTAGRAM**
@CREDICITRUS

 **LINKEDIN**
SICOOB CREDICITRUS

 **YOUTUBE**
SICOOB CREDICITRUS